



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

UBIRAMAR SINFRÔNIO PITA

**O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos
gestores do PlanTeQ municipal**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

UBIRAMAR SINFRÔNIO PITA

**O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos
gestores do PlanTeQ municipal**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Área de Concentração: Gestão Pública Municipal

Orientadora: Prof^a Dr^a. Waleska Silveira Lira

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P681i Pita, Ubiramar Sinfrônio.
O Impacto dos cursos do PlanTeQ de Campina Grande na trajetória profissional dos educandos [manuscrito] : um estudo a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal / Ubiramar Sinfrônio Pita. - 2015.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Waleska Silveira Lira , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."
1. Qualificação profissional. 2. Planteq. 3. Políticas públicas. 4. Trajetória profissional. I. Título
21. ed. CDD 658.312 4

UBIRAMAR SINFRÔNIO PITA

**O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos
gestores do PlanTeQ municipal**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

DATA DA DEFESA: 25 de abril de 2015

BANCA EXAMINADORA

Waleska Silveira Lira

Prof.^a Dra. Waleska Silveira Lira
Universidade Estadual da Paraíba
Presidente

Viviane Barreto Motta Nogueira

Prof.^a Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba
1º Examinador

Allan Carlos Alves

Prof. Ms. Allan Carlos Alves
Universidade Estadual da Paraíba
2º Examinador

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, O Criador, pois sem ele nada seria possível. A minha mãe, ao meu pai (*in memoriam*) e a minha avó (*in memoriam*), que com paciência, dignidade e bons princípios, educaram a mim e aos meus irmãos, dando toda a base possível para que nos tornássemos pessoas melhores. A minha esposa Ana Paula, pela ajuda na construção de minhas lutas e conquistas. Ao meu filho Heitor por me proporcionar um novo olhar para a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, O Criador, e ao Divino Mestre Jesus pelo dom da vida e por não me deixarem faltar fé e força para continuar indo em frente e superar todos os desafios dessa vida e assim ter a oportunidade de crescer profissionalmente e espiritualmente.

Aos meus pais Ubiratan Sinfrônio da Silva e Maria de Lourdes Pita, minha avó Anatildes Rodrigues David, meus irmãos Ubiracy e Leandra e aos meus amados sobrinhos Marina e Dário, minha verdadeira base de carinho, afeto, hombridade e amor. Agradeço muito aos meus pais pela absoluta dedicação a mim e aos meus estudos com muita luta e sacrifício.

A minha esposa Ana Paula Lima da Silva, minha eterna companheira, que me faz admirá-la cada vez mais pela sua sabedoria, bom humor e paciência, tornando possível a concretização deste trabalho.

Ao meu amado filho Heitor por me proporcionar novos motivos para continuar me dedicando a meus estudos e principalmente por me mostrar o verdadeiro sentido da vida, demonstrando que o amor precede a existência.

Em especial a Prof^a. Waleska Silveira Lira, minha orientadora, pelo apoio e incentivo aos meus estudos e por acreditar no meu futuro como profissional.

A Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, em especial a Prof.^a Maria do Carmo Eulálio e a tutora Aline Morais, bem como aos professores dessa Especialização, que estiveram presentes nas aulas presenciais e também *on line* através dos ensinamentos transmitidos em todos os módulos desse curso.

A todos os amigos da turma de Gestão Pública Municipal, em especial aos colegas: Andréa Ferreira Leite, Paulo Lunardy Oliveira Diniz, Everson Camelo Oliveira e Iara Trajano.

Aos meus colegas de trabalho, em especial ao Prof. Sandy Gonzaga de Melo, Zuleide Maria, Elisandra Santos e Lucas Luz que durante o período desse curso compreenderam minha ausência e me estimularam com ajuda na obtenção de alguns dados necessários para conclusão desse trabalho.

E por fim, dedico a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desse trabalho.

A todos, meu muito obrigado!

“Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.”

J.M. Keynes

PITA, UBIRAMAR SINFRÔNIO. O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal. 48 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa / Universidade Estadual da Paraíba.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como principal objetivo analisar o impacto dos cursos do PlanTeQ de Campina Grande – PB, que se encontra sob a gerência da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande - SEMAS, na trajetória profissional dos educandos, a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal. O modelo metodológico adotado foi uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo e um estudo de caso. Para a aplicação da pesquisa, foi utilizado como instrumento entrevista do tipo semi-estruturada, junto a servidores ligados a Gerência Municipal do PlanTeQ do município de Campina Grande - PB. Na análise dos resultados, verificou-se que a gerência do PlanTeQ reconhece a importância dos cursos ofertados na trajetória profissional dos egressos, devido uma melhora na renda familiar e uma satisfação profissional com o encaminhamento desses ao mercado de trabalho após a conclusão dos cursos.

Palavras-chave: Qualificação Profissional. PlanTeQ. Políticas Públicas. Trajetória Profissional.

ABSTRACT

This monograph intends to analyze the impact of PlanTeQ courses in the career of the students, from the look of PlanTeQ municipal managers – these courses are administered by the Campina Grande Social Assistance (SEMAS in Portuguese). The methodological model used was a literature search, followed by a field research and a case study. For the application of research, we interviewed PlanTeQ servers connected to the Municipal Management and we used a semi-structured interviews. In the analysis results, it was found that the management of PlanTeQ recognizes the importance of the courses offered in the career of graduates, where it was shown that occurred improvement in graduates' family income and job satisfaction, it thanks to integration into the labor market after the course.

Keywords: Professional Qualification. PlanTeQ. Public Policy. Professional Trajectory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Composição do Patrimônio do FAT (R\$ Milhões).....	25
FIGURA 2: Evolução dos Gastos com as Políticas de Emprego no Brasil.....	25
FIGURA 3: Modelo metodológico de monografia de estudo de caso.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CE	Comissões de Emprego
CEE	Comissões Estaduais de Emprego
CF	Constituição Federal
CME	Comissão Municipal de Emprego
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DRU	Desvinculação de Recursos da União
ESPEP	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO	Intermediação de Mão de Obra
LIBOR	Mercado Interbancário de Londres
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PED	Pesquisa sobre o Emprego e Desemprego
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional

PLANTEQ	Plano Territorial de Qualificação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPA	Plano Pluri Anual
PROGER	Programas de Geração de Emprego e Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RA	Reembolso Automático
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPE	Sistema Público de Emprego
SPETR	Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 80	16
2.2 POLÍTICA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	18
2.3 BASES PARA CONSTRUÇÃO DO FINANCIAMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO	20
2.3.1 A Estruturação do FAT	21
2.3.2 O Programa do Seguro-Desemprego	22
2.3.3 Receitas, Despesas e o Patrimônio do FAT	24
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	26
2.4.1 Plano Territorial de Qualificação Profissional (PlanTeQ)	27
3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	29
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	31
4.1 MODELO DA PESQUISA	31
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA	32
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	33
4.4 COLETA DE DADOS	34
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE A - Entrevista com a Gerência do PlanTeQ Campina Grande	44
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	45
ANEXO A - Valor do Repasse ao PlanTeQ Campina Grande no Exercício 2013	47
ANEXO B - Modelo de Ficha Cadastral do Educando	48

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho é um direito estabelecido constitucionalmente no Brasil. Para assegurar esse direito, o Governo Federal estabelece políticas, diretrizes e critérios de transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT aos Estados e Municípios, propondo políticas públicas que visam uma articulação entre o Trabalho, a Educação e o Desenvolvimento, e considera a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e permanência no mundo do trabalho.

Estas políticas são estabelecidas pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, mais especificamente pelo Plano Territorial de Qualificação Profissional – PlanTeQ, fixadas por convênios com Governos Estaduais e Municipais (municípios com mais de 300 mil habitantes).

O PNQ tem como objetivos desenvolver novos conhecimentos, formação intelectual, técnica e cultural; bem como aumentar a chance de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão; promovendo a inclusão social do trabalhador, redução de pobreza, combate à discriminação e obtenção de emprego e trabalho decentes através da participação no processo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

O PlanTeQ, como um sub-plano do PNQ, objetiva estabelecer uma articulação entre o Trabalho, a Educação e o Desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e permanência no mundo do trabalho.

Para realizar os objetivos do PNQ – Programa Nacional de Qualificação, o PlanTeQ formaliza contratos de gestão ou termos de parceria através das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social ou de Trabalho, Emprego e Renda e através das Prefeituras com mais de 300 mil habitantes, com órgãos do terceiro setor, que são as entidades de cooperação, organizações sociais, serviços sociais autônomos e organizações civis de interesse público.

Apesar dos esforços que vem sendo desenvolvidos nos últimos anos, na área de qualificação, muitos trabalhadores continuam desempregados, sinalizando que existem, no universo entre qualificação e inserção no mercado de trabalho outras questões a considerar, em especial o modelo econômico de desenvolvimento adotado pelo País.

A atual realidade social brasileira traduz a influência das tendências neoliberais predominantes na maioria dos países capitalistas ocidentais, onde eficiência e qualidade compõem o binômio preponderante nas relações de produção, estabelecido pelas normas que

celebram e enaltecem o produto competitivo no novo modelo econômico, tornando o mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à qualificação tecnológica e profissional.

Nesse contexto, é fundamental investigar o impacto de cursos profissionalizantes, como os oferecidos pelo PlanTeQ, na trajetória sócio-profissional dos sujeitos participantes do processo de efetivação da Política Pública de Qualificação Profissional, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Portanto, a presente investigação busca uma análise a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal de Campina Grande –PB, sobre a eficiência e eficácia dos Cursos de Formação do PlanTeQ nesse município na trajetória profissional dos seus participantes. Sendo assim, procura-se investigar se os objetivos e metas pré-estabelecidos estão sendo atingidos, tais como: inclusão e/ou permanência no mercado de trabalho, inclusão social do trabalhador e melhoras na renda familiar.

Os dados dessa pesquisa poderão subsidiar a aplicação dos recursos das políticas de qualificação para os futuros investimentos e ações públicas em áreas específicas do mercado de trabalho, contribuindo assim, para ampliar as condições de mobilização e articulação de uma política de educação profissional eficiente, eficaz e efetiva.

O interesse pelo tema surge a partir da experiência do autor que teve a oportunidade de coordenar o PlanTeQ Estadual da Paraíba no período de fevereiro de 2006 a março de 2008, fato que gerou uma inquietação acerca do impacto sócio-profissional para os egressos dos cursos. Tal inquietação foi ratificada através de uma Especialização em Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda realizada, pelo autor, na UNICAMP no ano de 2006, bem como o MBA em Gestão Estratégicas de Pessoas na Administração Pública oferecida por uma parceria entre a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba - ESPEP e a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB no ano de 2010, e no conteúdo visto nesta Especialização em Política Pública Municipal, onde o autor teve oportunidade de aprofundar os conhecimentos relacionados à temática.

Investiga-se através do olhar dos profissionais que atuam no PlanTeQ de Campina Grande – PB, se as Políticas Públicas de Qualificação Profissional, realizadas no Município apresentam resultados evidentes em sua eficácia e efetividade social, pesquisando-se os números de colocados no mercado de trabalho após a realização do curso, ou seja, se os alunos ao terminarem o curso são absorvidos pelo mercado de trabalho nesta cidade.

Há uma necessidade de se analisar os resultados dos cursos do PlanTeQ no município de Campina Grande, sob a ótica dos profissionais que atuam neste setor, uma vez que, sendo eles os responsáveis pela gestão deste programa, acredita-se ser possível detectar se os

objetivos pré-estabelecidos estão sendo atingidos, ou seja, se a obtenção de qualificação está sendo eficaz e eficiente para o ingresso e/ou permanência dos usuários no mercado de trabalho.

Portanto, este estudo tem o objetivo de analisar o impacto dos Cursos do PlanTeQ de Campina Grande – PB sobre a trajetória profissional dos Educandos, a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal. Esse objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos:

- Caracterizar os cursos do PlanTeQ de Campina Grande;
- Caracterizar o público-alvo que realizou os cursos do PlanTeQ de Campina Grande;
- Analisar a forma de encaminhamento dos participantes dos cursos para o mercado de trabalho;
- Verificar o quantitativo de participantes que ingressaram no mercado de trabalho.

Este trabalho está dividido em duas fases: a fundamentação teórica, que serve de apoio para as ideias propostas pelo tema; e uma pesquisa prática, onde se detalha o objeto de estudo, descrevendo o impacto dos cursos do PlanTeQ de Campina Grande na trajetória profissional dos educandos, através do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal.

O texto está distribuído em seis capítulos: capítulo 1 – Introdução; 2 – Referencial Teórico; capítulo 3 – Descrição do Objeto de Estudo; capítulo 4 – Metodologia da Pesquisa; capítulo 5 – Análises dos Resultados e no capítulo 6 – considerações finais.

No capítulo 1, apresentam-se a problematização, os objetivos e a relevância do estudo.

No capítulo 2, estabelece-se o referencial teórico com a contextualização das transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões no Brasil a partir da década de 80, identificando as principais tendências que definiram, de certa maneira, as diretrizes da atual política econômica e suas consequências sociais. Neste capítulo também se discute sobre: política e proteção social no Brasil; bases para construção do financiamento do Sistema Público de Emprego; estruturação do FAT; Programa de Seguro-Desemprego e Abono Salarial, bem como, receitas, despesas e patrimônio do FAT; e, por fim, Políticas Públicas de Qualificação Profissional no Brasil, dando ênfase ao Plano Territorial de Qualificação Profissional – PlanTeQ.

Em seguida, apresenta-se o capítulo 3, onde se descreve o Plano Territorial de Qualificação do município de Campina Grande – PB, suas características e objetivos.

O capítulo 4 aborda quais os métodos utilizados para a concretização deste trabalho. Este capítulo apresenta qual o tipo de pesquisa utilizada para o estudo, quais os procedimentos realizados para a coleta de dados e como se avaliaram os dados coletados.

Já no capítulo 5, analisam-se os resultados baseados nas falas de servidores da gerência do PlanTeQ, bem como através da análise de documentos cedidos pela gerência do PlanTeQ de Campina Grande. Por fim, têm-se as considerações finais no capítulo 6.

Este trabalho monográfico é pertinente, pois faz um estudo sobre o impacto sócio-profissional na trajetória profissional dos participantes dos cursos de qualificação profissional, realizados no município de Campina Grande – PB, a partir do olhar dos gestores municipais, financiados com recursos provindos do FAT através do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, mais especificamente pelo PlanTeQ.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 80

Para discutir qualificação profissional na atual conjuntura do nosso país, faz-se relevante, entender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. É neste contexto que ganha visibilidade a questão da qualificação profissional, onde o mercado de trabalho passa a exigir um novo perfil do trabalhador.

Para Pochmann (1999), compreender a dinâmica do mundo do trabalho exige a reflexão sobre os pontos que definem e condicionam o trabalho na sociedade. Sugere, então, que é necessário refletir e discutir o padrão de desenvolvimento econômico e social que estão sendo conformados nos últimos tempos.

As metamorfoses do mundo do trabalho no Brasil têm cinco momentos de destaque: primeiro, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que ocorreu no final do século XIX; em segundo, a estruturação urbana com a mudança de uma economia primária exportadora para a urbana industrial depois da Revolução de 1930; em terceiro, a consolidação da industrialização e do mercado de trabalho depois do golpe militar de 1964; em quarto, a paralisação da industrialização devido à crise da dívida externa no início da década de 80 e, por fim a desestruturação do mercado de trabalho devido à privatização das estatais e a liberalização do comércio exterior e da entrada e saída de capital do país durante a década de 1990.

Para se falar sobre o mundo do trabalho, fazendo um recorte temporal a partir da década de 80, faz-se necessário entender o novo cenário internacional, resultado da retomada da hegemonia norte-americana, em 1979. Este período é marcado por diversas crises como a inflacionária, a cambial, a fiscal, as crises da dívida interna e externa, além do baixo crescimento econômico no Brasil, acarretando sequelas negativas sobre o mercado de trabalho. A política de elevação das taxas de juros norte-americana quebrou a correlação entre o financiamento público e a liquidez internacional, levando o Brasil, como outros países, a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e obter *superávits* comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica.

Segundo Belluzzo (1995, p. 136):

Os anos 80 foram marcados pelo predomínio das políticas patrocinadas pelo FMI, convocado para socorrer os graves distúrbios que acometiam nos balanços de pagamentos dos países que se lançaram na aventura do endividamento externo das décadas anteriores. Já naquela ocasião, a missão principal do Fundo era a de impedir

o colapso dos sistemas bancário – entre eles o norte-americano – que tinham, em suas carteiras, uma proporção elevada de empréstimos destinados à periferia.

Os países em desenvolvimento ou periféricos tiveram seu ingresso na economia mundial pela imposição dos países desenvolvidos, que apresentaram uma agenda de medidas a serem seguidas para “promover” o crescimento econômico.

No final da década de 80, os países em desenvolvimento, principalmente aqueles com dívida externa, foram orientados a adotar uma agenda de medidas, visando combater os males econômicos como a inflação, a dívida externa, enfim, combater a crise econômica interna e ingressar na economia globalizada. Mas para isso, esses países deveriam aceitar as recomendações de abrir seus mercados nacionais, desregulamentar as atividades econômicas e privatizar as empresas estatais. Tais diretrizes ficaram conhecidas como *Consenso de Washington*.

Hoje e principalmente nas últimas três décadas da sociedade capitalista, observam-se mudanças sócio-econômicas que expressam um paradoxal processo de mundialização de mercadorias e capital. São transformações nas formas de racionalização do capitalismo que acontecem numa velocidade sem precedente na história, na qual o desenvolvimento econômico não mais preconiza o desenvolvimento social. O desemprego já não resulta mais da ausência tão somente do crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico. Porém com características diferentes das fases anteriores, ou seja, estrutural, longa duração, afetando mais os grupos minoritários, como: jovens, mulheres e pessoas com baixo grau de instrução.

O trabalho, na forma do emprego com seguridade social, torna-se escasso. A desproletarização do trabalho industrial fabril, que provém da diminuição da classe operária tradicional junto à qual paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, onde predomina o trabalho precário, parcial, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços. Portanto, observa-se um movimento de precarização do trabalho pela instabilidade, insegurança e ameaça do desemprego e do subemprego associados à flexibilização do campo do trabalho e aumento da intensificação das exigências para aqueles que estão empregados.

Nesse sentido, a concentração de capital – fusões, incorporações, privatizações – ocorre ao mesmo tempo em que a força de trabalho fragiliza-se através da flexibilização, quer seja das estruturas produtivas, das formas de organização do trabalho ou da própria força de trabalho, através do emprego/desemprego. É dentro desta nova correlação de forças que se concretiza a lógica do “livre mercado”, sob a coordenação do sistema financeiro global.

Para Castel (1998, p.496), “o trabalho é mais do que o trabalho e, portanto o não trabalho é mais do que o desemprego”, pelas perdas que o indivíduo desempregado sofre muito além do não recebimento do salário, e constata que o emprego assalariado estável diminui, enquanto que as formas de trabalho precárias se instalam, não em condições de difícil absorção pelo sistema.

O autor supracitado (1998, p.587), nega a perda da centralidade do trabalho, salientando a sua metamorfose, uma vez que “o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm”.

Neste sentido, nos dias atuais, a educação, bem como a qualificação profissional, são questões fundamentais que viabilizam a adaptação dos trabalhadores às mudanças técnicas ocorridas no mundo do trabalho, a exemplo da difusão de tecnologias produtivas apoiadas na microeletrônica, como a automação, a informática, a telemática, dentre outras, que intensificam a produtividade e suprimem postos de trabalho. A educação/qualificação assumem um papel fundamental na sociedade: o de viabilizar a entrada e/ou permanência no mercado de trabalho e minimizar o desemprego. Salienta-se que o nível de desemprego dos escolarizados/qualificados nos dias atuais relativiza essa perspectiva.

O problema do desemprego e da precarização do trabalho no Brasil se mistura a outros problemas sociais como a questão da distribuição de renda. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil, 1% dos mais ricos ganham praticamente o mesmo que os 50% dos mais pobres. Dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) indicam que o Brasil possui a sexta pior distribuição de renda do mundo, vindo a perder para países como Serra Leoa, República Centro-Áfricana, Namíbia e Suazilândia. Agravam essa realidade os baixos índices de escolaridade, pois, apesar do relatório do IBGE intitulado “As Estatísticas do Século XX”, mostrar que uma das principais características daquele século ter sido a massificação do acesso ao ensino fundamental e médio, isto, na realidade, não se traduziu em qualidade do ensino e aprendizado satisfatório. Ademais, outros problemas sociais atingem parte da população brasileira, dificultando o exercício da cidadania.

2.2 POLÍTICA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No início da década de 90 havia um grande número de brasileiros vivendo em situação de pobreza, bem como um grande leque de desigualdade de renda e riqueza.

Em 1996, praticamente no início da Gestão do Governo de Fernando Henrique de Cardoso (FHC), já tinha sido diagnosticado o problema social no Brasil, nesse sentido houve uma necessidade de formular estratégias de desenvolvimento social no país, através de políticas públicas, ou seja, de uma reestruturação do sistema de proteção social.

Entende-se por sistema de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais formas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, como a velhice, as doenças, os infortúnios e as privações. Estão incluídos nesse conceito também os modos seletivos de distribuição e redistribuição, tanto de bens materiais (como a comida e o dinheiro) quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a integração na vida social sob várias maneiras. Estão incluídos, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com o intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (DI GIOVANNY, 1998, p.168).

Todo esforço de proteção social implica em redistribuição de bens, trabalho ou dinheiro, onde é necessário adotar critérios para essa redistribuição. Existem três critérios ou fontes que presidem essa proteção social, são eles: a tradição, o mercado e a autoridade política.

No caso da tradição, a proteção social tem como base valores tradicionais como a caridade, a filantropia, a sociedade de classe. No caso do mercado, tem-se como base a transferência de recursos. E no caso da autoridade política, a transferência de recursos é determinada pela autoridade do Estado.

O sistema de proteção social é formado por um conjunto de políticas ou intervenções, diretas ou indiretas, buscando a redução de riscos e vulnerabilidade baseados em direitos que garantem a segurança dos mais necessitados. O sistema de proteção social é formado por um conjunto de políticas públicas destinadas a corrigir as distorções sociais causadas pela estrutura produtiva e pela lógica de mercado.

O próprio Werneck (1998, p. 56) resgata Marshall para mostrar se com frequência a:

Concepção de proteção social baseada no suposto de que a cidadania implica, além dos direitos civis e políticos, o elemento social que se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, da herança social e levar uma vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Embora o Estado não seja a única forma de assegurar o bem-estar, mas cabe a Ele tal proteção, identifica quatro formas de provisão de bem-estar, que atuam conjuntamente a partir de combinações variadas.

- O mercado de trabalho – salário, emprego e renda (bem-estar ocupacional);
- A ação solidária ou o voluntariado (atuação das famílias, laços comunitários, ações caritativas e igrejas);
- A provisão pública de serviços ou de renda monetária e o sistema fiscal tributário;

- A provisão privada (mercado securitário e poupança).

2.3 BASES PARA CONSTRUÇÃO DO FINANCIAMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

A Constituição Federal de 1988 fundamentou as bases para a construção de um sistema público de emprego no país com a garantia do seguro-desemprego, bem como, o redirecionamento das arrecadações decorrentes das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) para seu financiamento.

Ainda na perspectiva da construção de um sistema público de emprego, o artigo 239 institui o abono salarial aos trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos contribuintes do PIS/PASEP e determina que ao menos 40% dos recursos provenientes destas arrecadações se destinariam a financiar programas de desenvolvimento econômico através do BNDES. O artigo 239 também cria uma contribuição adicional ao seguro-desemprego, de empresas com alto índice de rotatividade de força de trabalho e reafirma como direito adquirido os patrimônios acumulados nas contas individuais dos participantes do PIS/PASEP, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas (com exceção da retirada por motivo de casamento). (DEDECCA e PRONI, 2006, p. 320).

A Constituição Federal é o nosso comando maior no Estado Democrático que, ao lado das normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ratificada pelo Brasil, norteiam a construção do Sistema Público de Emprego (SPE), que mudou sua nomenclatura nos dias atuais para Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR), visando à elevação da escolaridade, integrado ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esta qualificação para o trabalhador deverá estar vinculada às perspectivas de desenvolvimento econômico e tecnológico, às políticas sociais e ao estudo das demandas de mercado, a partir do entendimento de que o pleno desenvolvimento da pessoa está relacionado, não só, mas também a formação profissional fundamentada no direito à educação e ao trabalho, promovendo a profissionalização e o desenvolvimento permanente de aptidões para a vida produtiva, reconhecidas no mundo do trabalho.

Entende-se que as ações de qualificação devem buscar a formação profissional enquanto desenvolvimento de competências, constituindo importante ferramenta para o desenvolvimento humano e socioeconômico, refletindo uma moderna e ampla concepção de educação que integre os diferentes níveis de modalidades de ensino, voltados ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e cidadã.

A oferta de cursos de qualificação profissional de forma integrada à elevação de escolaridade básica deve ser estruturada em módulos, por área de conhecimento e de formação profissional, conforme propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional, permitindo itinerários flexíveis e saídas intermediárias, com certificação.

2.3.1 A Estruturação do FAT

Em janeiro de 1990, os mecanismos constitucionais: seguro-desemprego e abono salarial foram regulamentados pela Lei 7.998, que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o custeio do Programa Seguro-Desemprego, para o pagamento do abono salarial, financiamento de programas de desenvolvimento econômico e para curso de Qualificação Profissional. O FAT foi constituído como um fundo contábil, de natureza não financeira, com gestão feita pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), de caráter tripartite e paritário, composto por nove representantes (e seus respectivos suplentes): três representantes dos trabalhadores, três dos empregadores e três do governo (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência e Assistência Social e BNDES).

As Comissões Estaduais de Emprego - CEE e as Comissões Municipais de Emprego - CME, surgiram a partir da criação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER (AZEREDO, 1998). Segundo Dedecca (1998), as Comissões de Emprego - CE são responsáveis pela definição das ações prioritárias, com participação do governo e sociedade. As CE foram instituídas em todos os estados, e em grande parte dos municípios, sobretudo os mais populosos. As comissões municipais e estaduais são de fundamental importância para o FAT. São elas as responsáveis pela mobilização da sociedade para realização dos cursos e aprovação e seleção das demandas do mercado de trabalho local, ou seja, pela participação da sociedade civil na implantação das políticas de geração de emprego e renda. Essas comissões também têm formações tripartites e paritárias e são reconhecidas pelo CODEFAT.

São algumas competências das comissões supracitadas:

1. propor aos órgãos do SINE, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego;
2. a articulação com instituições públicas e privadas para o aprimoramento e orientação de suas ações, do SINE e do PlanTeQ;
3. promover intercâmbio com outras comissões de emprego (estaduais ou municipais);
4. indicar áreas e setores prioritários para alocação de recursos destinados a qualificação.

Já os recursos que compõem o FAT estão constituídos da seguinte forma:

- Arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP;
- Encargos devidos pelos contribuintes em decorrência da inobservância de suas obrigações, principalmente multas por infração à legislação trabalhista;
- A correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;
- Arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade de força de trabalho da empresa.

Sobre a receita do FAT incidem os 40% destinados aos programas de desenvolvimento econômico (referidos no art. 7º da CF) transferidos ao BNDES. Estas transferências podem ser separadas em duas categorias: recursos ordinários e depósitos especiais. Os recursos ordinários são os repasses para o financiamento de projetos de desenvolvimento econômico, remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (Libor). Os depósitos especiais são as disponibilidades financeiras junto às instituições oficiais, vinculados aos programas de gerações de emprego e renda. Enquanto não utilizados, eram remunerados pela taxa SELIC. Depois de sua liberação junto ao beneficiário final, passavam a ser remunerados pela TJLP. Recentemente o CODEFAT modificou a forma de remuneração dos depósitos especiais, criando o Reembolso Automático (RA), que é apurado mensalmente em cada programa ou linha de crédito. Os recursos disponibilizados sob a forma de depósitos especiais são utilizados para financiar programas específicos, propostos pelo BNDES e aprovados pelo CODEFAT. (DEDECCA; PRONI, 2006, p. 322-323).

A partir de 1994, parte dos recursos do FAT foram direcionados para o Tesouro Nacional sendo 20% da arrecadação das contribuições do PIS/PASEP para o Tesouro Nacional, correspondentes à Desvinculação de Recursos da União (DRU), para fins do superávit primário.

2.3.2 O Programa do Seguro-Desemprego

O Programa do Seguro-Desemprego foi introduzido no Brasil em 1986, no decorrer do Plano Cruzado, porém já estava previsto na Constituição Federal de 1946 e citado na de 1967. Conforme destacaram Ramos e Azeredo (1995, p.126),

a medida visava suprir a precariedade do auxílio-desemprego (vigente na época) e a necessidade de completar o sistema de proteção social do país, mas não chegou a representar um efetivo programa de seguro-desemprego, pelos valores dos benefícios, extremamente baixos quando comparados ao último salário do trabalhador, e, principalmente, pela sua reduzida abrangência, face aos critérios de acesso ao programa.

Até a Constituição Federal de 1988 e a conseqüente mudança na legislação com relação ao seu financiamento, as despesas relativas ao Seguro-Desemprego, foram arcadas pelo Tesouro Nacional, a maior parte via Fundo de Assistência ao Desempregado.

O Programa do Seguro-Desemprego é parte de uma política pública de emprego nacional, que tem como referência principal o FAT. O Programa foi elaborado a partir de experiências de gestão que conjugavam políticas passivas e políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho. Nesse sentido, o Programa do Seguro-Desemprego promove ações nas três principais dimensões da política de emprego:

- Oferece assistência financeira ao trabalhador desempregado sem justa causa;
- Faz a Intermediação da relação entre demanda e oferta de mão-de-obra, buscando reinserir rapidamente o trabalhador no mercado de trabalho;
- Qualifica social e profissionalmente o trabalhador, inclusive com convênios voltados para segmentos discriminados no mercado de trabalho por motivos de gênero, etnia, faixa etária ou escolaridade.

Desde sua implantação em 1986, o seguro-desemprego vem sofrendo modificações nos critérios de cobertura, caminhando positivamente no sentido de uma maior abrangência do benefício. Em 1991, incorporou os pescadores profissionais (pesca artesanal) e em 2000 os empregados domésticos. O seguro-desemprego é garantido ao trabalhador com vínculo empregatício (com pessoa jurídica ou física) de, no mínimo, seis meses. Atualmente o trabalhador tem direito ao recebimento de três a cinco parcelas do benefício, de acordo com a quantidade de meses trabalhados nos últimos 36 meses. Excepcionalmente o benefício pode se estender por até dois meses mais para grupos específicos, dependendo, para isso, da deliberação do CODEFAT. (DEDECCA; PRONI, 2006, p. 322-323).

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT é responsável pelo reajuste do valor do benefício do seguro-desemprego que ultimamente utiliza média dos três últimos salários que são anteriores à dispensa.

O Programa do Seguro-Desemprego se insere numa política nacional atuando de maneira descentralizada. A Lei n.º 8.019 de 1991 definiu a operacionalização do programa em articulação com estados e municípios, através do Sistema Nacional de Emprego - SINE. O público-alvo dos postos do SINE são trabalhadores em geral, deficientes físicos, idosos, pessoas à procura do primeiro emprego e empregadores da iniciativa privada ou governamental.

Uma dimensão importante do Programa do Seguro-Desemprego é promover a qualificação social e profissional do trabalhador. Com essa finalidade foi criado o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que representa o esforço de atualizar alguns aspectos, e modificar outros, do antigo Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, formulado em 1995 e implantado em 1996, no âmbito do Programa do Seguro Desemprego.

O PNQ foi efetivamente implementado em 2004 com a missão de contribuir para a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, centrado em objetivos sociais e com geração e distribuição de renda. A idéia que norteou a formulação do Plano foi a de que a qualificação profissional é fruto de uma construção social e, nesse sentido, deve ser considerada sob diferentes aspectos. A originalidade do

Plano Nacional de Qualificação está na sua fundamentação ao mesmo tempo política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional: política porque entende qualificação profissional como sendo um direito do trabalhador; ética porque estabelece a transparência no uso e na gestão dos recursos públicos como premissa básica de seu funcionamento; conceitual porque relacionam educação integral, formas solidárias de participação social e valorização dos trabalhadores; pedagógica porque se busca articular com a educação básica, estabelece exigências junto às instituições contratadas para realizar os Planos Territoriais e Projetos Especiais, garante investimentos na formação de gestores e formadores; institucional porque se integra com as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e destas com as Políticas de Educação e Desenvolvimento; e operacional porque faz um planejamento, monitora, acompanha e avalia os beneficiários do programa. (DEDECCA; PRONI, 2006, p. 328).

O FAT financia ainda outros programas e ações não propriamente direcionados ao trabalhador recém-desempregado, como, por exemplo, os que auxiliam os jovens na busca do primeiro emprego, os que proveem um auxílio financeiro aos indivíduos que se encontram em condição de exercício precário de atividade laboral ou ao trabalho análogo ao escravo, e aos informais. Nesta linha, podemos citar os programas Trabalho Legal, Trabalho Seguro e Saudável, Jovem Empreendedor e o Programa de Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante (Theodoro, 2002).

2.3.3 Receitas, Despesas e o Patrimônio do FAT

A receita do FAT tem sua origem nas contribuições para o PIS/PASEP e das remunerações das aplicações dos recursos do fundo nas instituições financeiras oficiais federais, sendo que 20% são descontados pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) e ao menos 40% do restante são transferidas para o BNDES. Nas despesas do fundo figuram o pagamento dos benefícios do seguro-desemprego, do abono salarial, custeio das atividades de qualificação profissional, além daquelas classificadas na rubrica “outras despesas”, englobando intermediação de mão-de-obra, apoio operacional ao PROGER, gastos com a manutenção das ações de apoio ao pagamento dos benefícios do seguro e do abono, com a realização das Pesquisas sobre Emprego e Desemprego (PED), manutenção do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além de gastos com pesquisas, estudos de avaliação, campanhas educativas e informativas, no apoio ao CODEFAT e manutenção das unidades regionais.

**COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FAT
(RS MILHÕES)/(*)**

ANO ITEM	2002	2003	2004	2005	2006
	I - EXTRAMERCADO	11.044,7	16.295,3	16.330,6	14.391,0
II - BNDES-Prog.Desenv. Eco	63.684,3	62.431,1	62.870,5	68.429,6	72.776,9
III - DEPÓSITOS ESPECIAIS	25.335,0	26.019,1	28.738,7	38.051,0	48.481,9
III.1 - Banco do Nordeste	2.825,7	2.028,3	1.600,2	972,4	672,6
III.2 - Banco do Brasil	5.670,2	7.530,2	9.372,1	12.350,4	18.247,2
III.3 - BNDES	14.847,4	14.085,4	15.307,9	21.562,6	25.149,1
III.4 - FINEP	76,7	101,9	163,6	369,9	708,9
III.5 - CAIXA	1.915,0	2.237,5	2.230,8	2.768,3	3.681,1
III.6 - BASA	0,0	35,8	64,2	27,4	23,1
IV - IMOBILIZADO	151,8	157,0	140,0	152,5	160,3
V - VALORES EM CAIXA	79,5	12,5	31,9	27,0	53,0
VI - VALORES EM TRANSITO	29,3	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAIS	100.324,6	104.914,9	108.111,8	121.051,0	129.628,9

Posição: Saldos em 31/dez de cada exercício, atualizado pelo IGP-DI/FGV até dez/2006.
Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME.

Figura 1: Composição do Patrimônio do FAT (R\$ Milhões)

O patrimônio do fundo teve um crescimento bastante rápido durante os primeiros anos de sua existência, visto que as despesas eram bem menores que as receitas, uma vez que o principal programa financiado pelo Fundo – Programa do Seguro-Desemprego – ainda estava em processo de estruturação. Isso possibilitou ao FAT a formação de uma poupança financeira bastante significativa. Essa capacidade de poupança, entretanto, foi anulada pelo crescimento das despesas com o seguro-desemprego.

Evolução dos Gastos com as Políticas de Emprego no Brasil (1998-2004)

ANO	Seguro Desemprego (A)	Abono Salarial (B)	Qualificação Profissional (C)	Outras (D)	Total dos Gastos (F)	Políticas Passivas (A+B)/F	Políticas Ativas (C+D)/F
1998	9.103,70	1.229,40	883,5	809,1	12.025,70	85,9%	14,1%
1999	8.019,50	1.158,00	712,1	750,9	10.640,50	86,3%	13,7%
2000	7.291,60	1.192,70	764,1	740	9.988,40	84,9%	15,1%
2001	8.105,70	1.427,70	795,3	826,7	11.155,40	85,5%	14,5%
2002	8.458,40	1.829,50	222,7	776,8	11.287,40	91,1%	8,9%
2003	7.661,30	2.077,00	51,6	463,3	10.253,20	95,0%	5,0%
2004	7.605,80	2.369,10	74,4	413,3	10.462,60	95,3%	4,7%

Fonte: CGFAT/SPOA/SE/TEM em Anexo de Metas Fiscais - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2006

Preços de dezembro de 2004 - IGP-DI

obs: Receitas pelo regime de Caixa e despesas pelo regime de Competência

Figura 2: Evolução dos Gastos com as Políticas de Emprego no Brasil

Conforme podemos observar na Figura 2, do total de recursos aplicados pelo FAT entre 1998 e 2004, em média, 90% são direcionados aos programas de Seguro-Desemprego e Abono Salarial, “restando” apenas, 10%, em média, para as políticas ativas como os

programas de qualificação e intermediação de mão de obra. Fica, assim, nítido o desequilíbrio dos gastos do fundo entre políticas passivas e ativas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE é responsável pelas ações e programas da política pública do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda - SPETR do Brasil, o faz descentralizando-a para as Secretarias Estaduais e Delegacias Regionais.

É neste contexto que as políticas do Governo Federal são disseminadas pelos Estados e Municípios, em nome da qualificação profissional, materializadas nos cursos de curta duração, que objetivam proporcionar ao trabalhador caminhos para enfrentar a permanência no trabalho e o combate ao desemprego.

Essas políticas possuem como objetivo final a empregabilidade do trabalhador, conceito este nascido nas esferas de discussões entre empresários, intelectuais e o próprio governo.

Com isto, o atual Governo Federal, em 2003, lançou o PNQ (Plano Nacional de Qualificação) que veio concretizar as diretrizes do Plano Pluri Anual (PPA) de 2004 à 2007, o Plano Pluri Anual (PPA) de 2008 à 2011 e o Plano Pluri Anual (PPA) de 2012 à 2016 em relação à qualificação dos trabalhadores.

O Plano Nacional de Qualificação - PNQ, em seus documentos escritos, destina-se a promover mudanças estruturais na sociedade brasileira e pauta-se em três objetivos principais: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Para isto, apresenta como elemento inovador na prática dessas políticas, a ampliação da participação da sociedade na construção do PPA, delimitando uma nova relação entre Estado e sociedade civil.

Em seus documentos oficiais, o PNQ coloca ênfase no desenvolvimento econômico e social, na geração de trabalho e renda e na distribuição de renda como objeto de planejamento público. Os cursos visam à formação ampla, pautada no aprender a aprender, o que pressupõe a valorização de atividades de análise e reflexão em qualquer nível.

A produção do conhecimento é multidisciplinar e, sobretudo contextualizada numa dinâmica e velocidade que descarta posturas mecanicistas e inaugura atitudes de pesquisa,

curiosidade, inventividade, habilidades constituintes da cidadania do trabalhador, o que subtende compreensão sobre a dinâmica social.

A avaliação do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por se tratar de um programa social em processo, baseia-se nos impactos que ele gera na vida dos que dele se beneficiam. Porém, há uma dificuldade de analisar se os recursos destinados às políticas de qualificação têm um direcionamento correto para obtenção dos seus objetivos, ou seja, devido à falta de um acompanhamento, mais eficaz, dos educandos após a conclusão dos cursos, por parte dos agentes envolvidos, não se sabe se os educandos estão realmente sendo encaminhados para o mercado de trabalho ou se apenas estão com certificados nas mãos e sem empregos. No entanto, sua existência permite desencadear algumas análises, ou seja, se as ações de qualificação estão atingindo alguns de seus objetivos.

O Brasil é um caso em que políticas ativas e passivas de emprego foram, nas últimas décadas, criadas em torno de um SPE (Sistema Público de Emprego) que, em alguma medida, ainda é incipiente e relativamente desarticulado. O tripé básico de políticas passivas e ativas de emprego (seguro-desemprego, qualificação profissional e ações de IMO) começou a se formar ainda na década de 1940, com a criação do Senai e do Senac, as primeiras entidades do que viria a ser o chamado Sistema S. Nos anos 1960 surgiu o FGTS. A década de 1970 foi marcada pela criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), responsável pela execução da ação de IMO. No final dos anos 1980 surgiu o seguro-desemprego que, entretanto, só contou com uma fonte sólida de financiamento com a criação do FAT, em 1990. Finalmente, em 1996 surgia a primeira ação estruturada de qualificação no âmbito do MTE, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) (PAIVA, 2006, p. 29).

Entretanto, conforme Castel (1998), tudo isto deve ser visto dentro do processo transitório da sociedade salarial onde nem sempre a teoria do capital humano é correspondida. A exclusão social mudou de características passando das pessoas que não possuíam escolaridade, pobres financeiramente, os desqualificados e sem esperanças para ser atribuída nos dias de hoje aos trabalhadores de maneira geral. É um processo respaldado na reestruturação produtiva que torna o qualificado, desqualificado; o útil, inútil numa sociedade de trabalhadores sem emprego, portanto “desfilados”.

2.4.1 Plano Territorial de Qualificação Profissional (PlanTeQ)

O Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ integra as ações das Secretarias Estaduais e Municipais (com mais de 300 mil habitantes) de Desenvolvimento Social e Trabalho, sendo um dos principais instrumentos da política governamental para ajudar os trabalhadores na permanência ou entrada no mercado de trabalho. O Plano Territorial de Qualificação Profissional é elaborado com base nas diretrizes do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, identificando a demanda do mercado de trabalho visando à oferta de

qualificação e requalificação profissional como oportunidade de melhoria de qualidade de vida e promoção da cidadania.

O PlanTeQ - é executado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e com a contrapartida da Prefeitura de Campina Grande - PB, tendo como público-alvo, trabalhadores à procura do primeiro emprego, trabalhadores desempregados, trabalhadores da zona rural e pessoas portadoras de necessidades especiais, cadastrados nas Agências do Trabalhador e/ou beneficiários das demais políticas públicas de inclusão social.

A execução dos cursos profissionalizantes do referido Plano ocorre mediante a contratação de entidades governamentais e não governamentais sem fins lucrativos.

Todo trabalhador poderá participar dos cursos oferecidos pelo programa, porém será dado preferência aos trabalhadores de baixa renda e com menor escolaridade, bem como as pessoas mais sujeitas a discriminação social e com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, tais como:

- Desempregados;
- Negros, afrodescendentes e descendentes de índios;
- Mulheres chefes de família;
- Pessoas com mais de 40 anos;
- Pessoas com deficiência;
- Agricultores familiares;
- Assentado ou em processo de assentamento;
- Trabalhadores em atividades sujeitas à sazonalização;
- Pessoa que trabalham por conta própria em cooperativas ou entidades associativas;
- Trabalhadores sem ocupação 1º emprego;
- Trabalhadores Assalariados Rurais;
- Trabalhadores sem ocupação- Intermediação de mão de obra inscritos no SINE; e
- Trabalhadores Beneficiários de Políticas Afirmativas Portadores de Necessidades Especiais.

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O PlanTeQ de Campina Grande - PB, em sentido estrito, é um setor operacional de qualificação profissional, vinculado a Gerência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Município de Campina Grande – PB, sendo parte fundamental das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, coordenadas nacionalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e executadas, em nível municipal, pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande - SEMAS, órgão do Governo Municipal responsável também pelo SINE. O funcionamento do PlanTeQ é vinculado ao SINE municipal e está situado a Rua Afonso Campos, 143, Centro, Campina Grande/PB., sendo hierarquicamente subordinado à SEMAS.

O PlanTeQ promove o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional, estimulando à participação de muitos trabalhadores de baixa renda e com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, como desempregados, negros, afrodescendentes, índios, mulheres chefes de famílias, pessoas com mais de 40 anos, pessoas com deficiência, agricultores familiares, assentados ou em processo de assentamento, trabalhadores em atividades sujeitas à sazonalidade por motivos de restrição legal, clima ou ciclo econômico, pessoas que trabalham por conta própria, cooperativas ou entidades associadas, trabalhadores sem ocupação 1º emprego, trabalhadores assalariados rurais, trabalhadores sem ocupação - Intermediação de mão de obra inscritos no SINE; e trabalhadores Beneficiários de Políticas Afirmativas Portadores de Necessidades Especiais.

O PlanTeQ tem finalidade e objetivos específicos baseado no princípio da necessidade do interesse público, buscando desenvolver novos conhecimentos, formação intelectual técnica e cultural; em tese, facilita a permanência e entrada no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão. O PlanTeQ também é um forte aliado para a inclusão social do trabalhador, contribuindo para a redução da pobreza e/ou combatendo a discriminação.

Anteriormente, definiu-se em sentido estrito, o PlanTeQ, como um setor operacional de qualificação profissional, vinculado ao SINE de Campina Grande – PB, mas em sentido amplo, PlanTeQ, pela própria sigla, é um Plano Territorial de Qualificação, uma ação vinculada ao Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

Hoje, os cursos do PlanTeQ de Campina Grande são aprovados em primeira instância pela Comissão Municipal Tripartite e Partidária de Emprego com base nas informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do município que dispõem de informações de admitidos e demitidos, bem

como das funções que mais admite e menos admite; informações do sistema Mais Emprego do SINE, atendendo as exigências do público prioritário. Estes cursos são executados, sob a gestão da Secretaria de Ação Social do município de Campina Grande, através de convênio com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, em diversas áreas para que os trabalhadores, seja do campo ou da cidade, cresçam social e profissionalmente.

Os recursos financeiros vêm de propostas orçamentárias aprovadas antecipadamente e sua receita principal é de contribuições sociais (PIS/PASEP), que constitui o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT. Esses recursos são distribuídos aos Estados e Municípios através de convênios com o Ministério do Trabalho e Emprego e são aplicados em diversos serviços que formam a base da ação do Sistema Nacional de Emprego. Entre os serviços financiados pelo FAT, encontramos: Intermediação de mão de obra; Programa do primeiro emprego; seguro desemprego; emissão de carteira de trabalho; informações sobre o mercado de trabalho e qualificação social e profissional. O município apresenta também uma contrapartida.

A qualificação social e profissional, assentada através do PNQ, é definida como ações de educação profissional que colaboraram para a inserção do trabalhador no mundo do trabalho, e essas ações devem ser direcionadas prioritariamente para as seguintes populações: beneficiários do Programa do Seguro-Desemprego; trabalhadores domésticos; trabalhadores em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica e outras formas de reestruturação produtiva; pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; inclusive do programa Bolsa Família, de ações afirmativas de combate à discriminação; de políticas de integração e desenvolvimento regional e local; trabalhadores internos e egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas sócio-educativas; trabalhadores libertados de regime de trabalho degradante e familiares de egressos do trabalho infantil; trabalhadores de empresas incluídas em arranjos produtivos locais; trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda; trabalhadores do setor artístico, cultural e de artesanato; trabalhadores autônomos, por conta própria, cooperativados, em condição associativa ou autogestionada; trabalhadores de micro e pequenas empresas; estagiários; trabalhadores rurais e da pesca; pessoas com deficiência.

O PlanTeQ do município de Campina Grande – PB, como uma política do PNQ, tem na sua equipe um coordenador e quatro técnicos. Seus cursos têm como objetivo principal a inserção e permanência no mercado de trabalho, bem como uma melhoria na renda familiar dos educandos.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Método é um complexo lógico de atividades coordenadas, sistematizadas e racionais, que certifica finalidade determinada com segurança, validando conhecimentos que assegura um caminho verificável, real, seguro e econômico.

Lakatos (2005) define método como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais com vistas a alcançar determinado objetivo com maior segurança e economia, baseado em conhecimentos válidos e verdadeiros, permitindo traçar o caminho a ser seguido e detectar erros e auxiliar as decisões do cientista.

4.1 MODELO DA PESQUISA

A definição da metodologia a ser adotada na pesquisa é um fator importante para se alcançar os objetivos propostos, pois como afirma Gonçalves (2001) trata-se do modelo que será empregado nas etapas a serem seguidas no decorrer do estudo, incluindo-se nelas os procedimentos escolhidos. Baseado nesta concepção decidiu-se pela utilização do Estudo de Caso, sobre o qual Tachizawa (2004, p. 62) afirma: “[...] monografia representativa de um estudo de caso deve ser desenvolvida a partir de uma análise de uma determinada organização”.

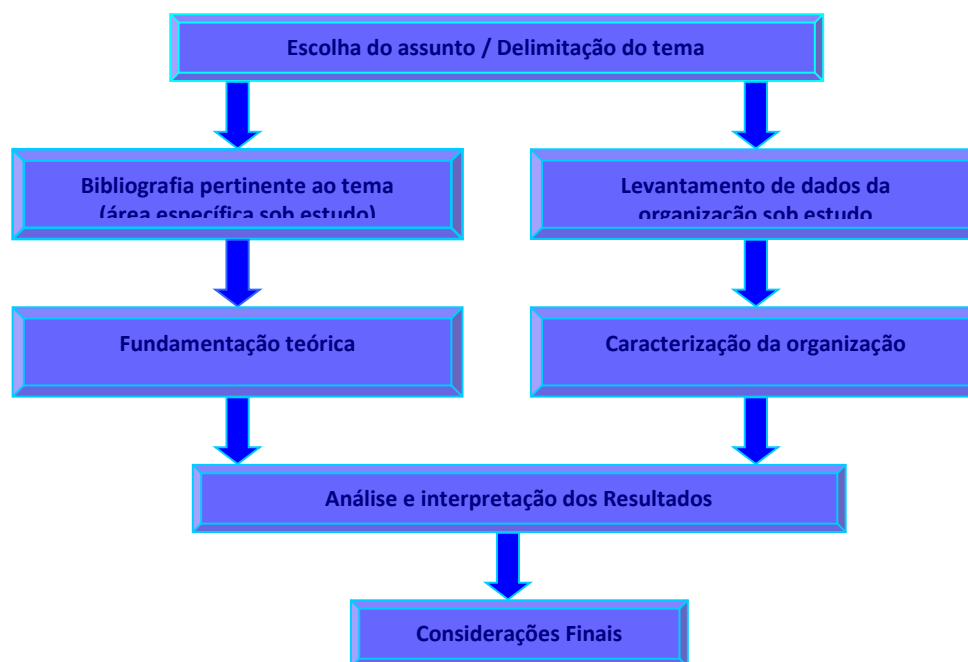


Figura 3 – Modelo metodológico de monografia de estudo de caso

Fonte: Adaptada de Tachizawa (2004, p. 61).

Na elaboração desse estudo, tomou-se como base a classificação de Vergara que qualifica a pesquisa quanto aos fins e aos meios.

A pesquisa é exploratória e descritiva quanto aos fins. É exploratória porque há carência de estudos sobre o impacto de cursos ofertados pelo PlanTQ de Campina Grande. Segundo Vergara (2007) a pesquisa exploratória é realizada na área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

É descritiva porque expõe as características do Plano Territorial de Qualificação Profissional com relação aos cursos ofertados no município de Campina Grande - PB. A Pesquisa descritiva é aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 2002).

A pesquisa é bibliográfica, de campo e estudo de caso quanto aos meios. Bibliográfica porque utilizou fontes de pesquisas como livros para a fundamentação teórica deste trabalho. É pesquisa de campo por fazer uso de entrevistas para obter dados primários sobre o PlanTeQ de Campina Grande e o impacto dos Cursos na trajetória profissional dos educandos, a partir do olhar dos seus gestores. Caracteriza-se como estudo de caso, porque se buscou investigar, no sentido de conhecer os Cursos do PlanTeQ no município de Campina Grande, implantados através do PlanTeQ com mais profundidade, ou seja, envolveu uma única organização.

A pesquisa de campo é uma investigação empírica realizada no local em que ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo, podendo incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observações participante ou não. Por sua vez, a pesquisa bibliográfica é um estudo desenvolvido a partir de material acessível ao público publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas. Já o Estudo de caso, que tem caráter de profundidade, detalhamento e pode ou não ser realizado no campo, destina-se a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país (VERGARA, 2007, p. 48-49).

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo e a amostra são dois elementos indispensáveis na pesquisa, sobre os quais Gonçalves (2001, p. 30) assim se refere: “População (ou universo) é a totalidade de itens, objetos ou pessoas sob consideração, e a amostra uma parte da população que é selecionada para análise”.

Atualmente, o PlanTeQ de Campina Grande - PB conta com cinco servidores público, pertencentes a sua sede. Sendo assim, o universo deste estudo é de 05 servidores públicos da gerência municipal do PlanTeQ.

Entrevistaram-se dentre os 05 servidores do PlanTeQ, 04, sendo 01 Coordenador do SINE/PlanTeQ do município de Campina Grande e 03 técnicos de qualificação. Portanto, totalizou-se uma amostra de 80% dos servidores do PlanTeQ.

Com o intuito de resguardar a identidade dos entrevistados, os seus nomes não foram citados nesse trabalho.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizaram-se os seguintes instrumentos: análise documental e entrevistas.

A análise documental foi utilizada para caracterizar os cursos ofertados pelo PlanTeQ do município de Campina Grande, bem como para caracterizar o público-alvo que realizou esses cursos no período estudado. Essa análise foi realizada através de documentos fornecidos pela gerência do PlanTeQ Municipal, tais como: Ficha Cadastral dos educandos (ANEXO B) contendo informações como: nome, raça, renda familiar, escolaridade, relação de trabalho, entre outras; grade da programação do curso, onde há informações sobre o conteúdo programático.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas com quatro servidores da gerência do PlanTeQ Municipal (APÊNDICE A), na cidade Campina Grande – PB.

A escolha de um tipo de entrevista, teve o intuito de obter informações sobre a especificidade dos cursos do PlanTeQ, buscando uma visão a partir do olhar dos gestores municipais sobre a eficácia e eficiência dos objetivos dos cursos em questão.

A entrevista, contendo questões norteadoras sobre o tema em questão, foi do tipo semi-estruturada, que pode ser caracterizada “[...] quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 279).

Antes da entrevista foram explicitados, aos membros do PlanTeQ Municipal os objetivos da pesquisa e garantido o anonimato dos sujeitos, solicitando-lhes sua participação, que não foi obrigatória, apresentado à gerência do PlanTeQ, termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

4.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada no mês de abril de 2015. Os dados foram coletados mediante contato direto com a gerência do PlanTeQ, dando oportunidade a manifestarem suas opiniões sobre a qualidade dos cursos ofertados e se esses tiveram rebatimento na trajetória profissional dos seus participantes.

A coleta de dados continha questões norteadoras sobre o tema explorado, ou seja, o instrumento abarcou questionamentos sobre: a caracterização dos cursos; a caracterização dos educandos; a forma de encaminhamento para o mercado de trabalho, dos educandos, após a conclusão do curso; o quantitativo de educandos que ingressaram no mercado de trabalho, a forma de avaliação/monitoramento e se houve uma melhora na renda familiar deste.

4.5 TRATAMENTO DE DADOS

Após a coleta, os dados foram transcritos e posteriormente foi feita uma análise qualitativa referente às respostas dos participantes da pesquisa.

Para Gonçalves e Meirelles (2004, p.62), o método quantitativo “é considerado adequado quando se deseja conhecer a extensão (estatisticamente falando) do objeto de estudo, do ponto de vista do público pesquisado”.

Com relação ao método qualitativo, Gonçalves e Meirelles (2004, p.62), dizem: “é considerado mais adequado para a investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com a preocupação primordial de entendê-los, em maior profundidade”.

A pesquisa foi realizada garantindo o anonimato dos participantes para que os mesmos pudessem ficar à vontade, sem se sentirem pressionados e assim não comprometerem a veracidade e a qualidade da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O PlanTeQ do município de Campina Grande – PB, como uma política do PNQ, apresentou o orçamento correspondente ao exercício de 2013 de R\$ 107.000,00 (Cento e Sete Mil Reais) – ANEXO A - e qualificou 99 educandos.

Alguns cursos de qualificação do PlanTeQ de Campina Grande, referentes ao ano de 2013, foram concluídos em 2014 e a partir de então está havendo uma migração do Programa PlanTeQ para o PRONATEC. Por isso, o recorte temporal desse estudo são os cursos concluídos em 2013 e os concluídos em 2014, mas referentes a 2013.

Os critérios que nortearam a oferta dos cursos do PlanTeQ de Campina Grande foram os escolhidos pela Comissão Municipal de Emprego com base nas informações da RAIS e CAGED do município que dispõe de informações de admitidos e demitidos, bem como das funções que mais admite e menos admite; informações do sistema Mais Emprego do SINE Municipal.

O público-alvo dos cursos é determinado pelo Ministério do Trabalho. No ano de 2013, o público-alvo atingido foi de trabalhadores sem ocupação inscritos na intermediação de mão de obra do SINE do Município de Campina Grande e trabalhadores beneficiários de Políticas Afirmativas para Portadores de Necessidades Especiais.

Os cursos oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande, escolhidos pela Comissão Municipal de Emprego, com base nas informações da RAIS e CAGED e com base no público-alvo determinado pelo Ministério de Trabalho e Emprego para o ano de 2013, foram: atendimento e vendas, eletricitista de instalações prediais, auxiliar administrativo, montador de equipamentos eletrônicos, padeiro e confeitoiro e operador de *telemarketing*.

Os cursos tiveram uma carga horária média de 200 horas aula, divididos em 40 horas de qualificação social (legislação trabalhista, ambiental, segurança do trabalho entre outros) e 160 horas de qualificação profissional referente a cada curso ministrado.

Segundo informações da gerência do PlanTeQ, os cursos ofertados tiveram os seguintes objetivos:

- “Desenvolver novos conhecimentos;
- Ampliar as possibilidades de conseguir emprego;
- Aumentar a chance de permanência no mercado de trabalho;
- Elevar a produtividade, melhorar o desempenho e a satisfação com o trabalho;
- Dar novas perspectivas de ascensão profissional, de elevação do salário ou da renda;

- Contribuir para a formação intelectual, técnica, cultural e cidadã dos participantes.”

Assim pode-se observar que os objetivos dos cursos, ofertados no exercício de 2013 pelo PlanTeQ de Campina Grande, atendem aos objetivos e diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ e pelo PlanTeQ, bem como observa-se que não há diferenças em termo de qualificação, uma vez que a filosofia é a mesma para todos os cursos, já que todo trabalhador tem direito a qualificação, e o Estado deve atuar para que esse benefício chegue em território nacional.

Através da análise documental e das entrevistas, constatou-se que o público-alvo participante dos cursos do PlanTeQ, no município de Campina Grande - PB, referentes a 2013, formando 6 turmas, totalizando 99 alunos, está caracterizado em um grupo com idade entre 18 e 45 anos, sendo 80% da cor parda, 10% da cor negra, 9% da cor branca e 1% da cor amarela, bem como a maioria dos educandos são mulheres, chegando a 67% do total, onde, antes dos cursos, 69% se encontravam desempregados, 26% estavam a procura do primeiro emprego e 5% eram trabalhador autônomos; e 9% eram portadores de necessidades especiais.

Com relação ao estado civil: 51% eram solteiros e 49% casados, com uma média de 3 membros por família. Os educandos que participaram das seis turmas, 8% tinham escolaridade de nível superior, 71% possuíam o ensino médio completo e 21% o ensino fundamental.

Esses dados demonstram que o público-alvo dos cursos eram condizente com o público preferencial estabelecido pelas diretrizes do PlanTeQ e PNQ, ou seja, trabalhadores de baixa renda, bem como as pessoas mais sujeitas a discriminação social e com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, tais como:

- Desempregados;
- Pessoas em busca do primeiro emprego;
- Negros, afrodescendentes e descendentes de índios;
- Pessoas com mais de 40 anos;
- Trabalhadores rurais;
- Pessoa que trabalham por conta própria em cooperativas ou entidades associativas;
- Trabalhadores sem Ocupação - Intermediação de mão de obra inscritos no SINE;

- Trabalhadores Beneficiários de Políticas Afirmativas Portadores de Necessidades Especiais.

De acordo com a Gerência do PlanTeQ do Município de Campina Grande, o encaminhamento para o mercado de trabalho se faz mediante o monitoramento da equipe de intermediação de mão de obra, onde os educandos são orientados a atualizarem seus cadastros no sistema Mais Emprego do SINE Municipal e encaminhados para entrevista de emprego. Esse monitoramento tem início com o término dos cursos e encerra com o cumprimento dos 30% da meta mínima de inserção ao mercado de trabalho, que leva em torno de 60 dias contados após a data de término dos cursos. Em relação aos que não conseguiram ser inseridos no mercado de trabalho, são orientados a permanecer com o cadastro atualizado no SINE para que ocorra o encaminhamento para entrevistas de emprego.

Verifica-se assim a importância do SINE como elo intermediador para o mercado de trabalho. Para Marinho, Balestro e Walter (2010), o sistema público de intermediação de mão de obra, SINE, tem o potencial de integrar a qualificação profissional, a intermediação de mão de obra e o mercado de trabalho, aumentando a eficácia da política de emprego e renda.

Em relação ao questionamento se houve uma melhora na renda familiar dos participantes dos cursos, pode-se observar que, conforme a gerência do PlanTeQ Campina Grande, ocorreu, pois os concluintes dos cursos foram inseridos no mercado de trabalho formal, além de que muitos cursos realizados pelo PlanTeQ proporcionaram, aos educandos, a possibilidade de desenvolver trabalho autônomo, como os cursos de padeiro e confeitiro, eletricitista predial, dentre outros, assim habilitando o educando a desempenhar um trabalho mais qualificado e profissional na área que realizou o curso.

Em relação ao quantitativo de participantes que ingressaram no mercado de trabalho, observa-se que 35% dos educandos foram encaminhados e ingressaram no mercado de trabalho, o que vem a atender as metas do PNQ, mas ainda está muito longe de atender a demanda da população do nosso País.

Foi relatado por uma trabalhadora do PlanTeQ Campina Grande que:

Os cursos ofertados ajudam no ingresso do mercado de trabalho, pois, contribuem para os trabalhadores se qualificarem no desempenho de um trabalho ou função, principalmente aos jovens que buscam o primeiro emprego, pois propiciam uma base para ingresso no mercado de trabalho e na busca de uma profissão, fazendo que este supra sua falta de experiência pela qualidade técnica; e para os empregadores no sentido de se obter uma mão de obra mais qualificada, e que tudo isso resulta em benefícios, principalmente para os jovens do primeiro emprego, que terão uma noção sobre o mercado de trabalho e sobre as particularidades do mesmo, e o ensino de uma profissão para quem não possui nenhuma experiência profissional, dando-lhes uma carga teórica e prática, preparando-o para a inserção no

mercado de trabalho, bem como o enriquecimento profissional e a possibilidade de inserção ao mercado de trabalho formal ou trabalho autônomo, além do aprendizado. (ENTREVISTA 1)

Na atual realidade social brasileira, onde eficiência e qualidade compõem o binômio preponderante nas relações de produção, tornando o mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à qualificação tecnológica e profissional (POCHMANN, 1999), reforçam a importância de cursos de qualificação como os oferecidos pelo PlanTeQ.

No tocante aos aspectos que podem ser melhorados no PlanTeQ, os gestores referem-se à necessidade de ampliação da carga horária, já que se pretende qualificar para o mercado de trabalho, uma carga horária de 200 horas sendo 160 horas apenas para a qualificação profissional não se faz suficiente para se obter um conhecimento técnico sobre uma profissão, bem como ser acrescido aulas práticas fora da sala de aula, uma vez que o cotidiano do mercado de trabalho é diferente do que se costuma ver em sala de aula, se diferenciando em seu ritmo e no resultado final do desempenhar da função, fazendo-se necessário a junção da teoria com a prática aplicada no mercado.

Por fim, segundo os trabalhadores do PlanTeQ, o impacto dos cursos oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande na trajetória sócio-profissional dos participantes contribui como uma iniciação para os trabalhadores que não possuem experiência profissional a terem uma noção das atribuições de uma profissão cujo o curso que ele escolheu se propõe a transmitir, concedendo ao educando uma carga teórica de uma determinada profissão/função, visando seu preparo para o ingresso ou permanência no mercado de trabalho.

Portanto, considerando que o emprego assalariado estável diminui, enquanto que as formas de trabalho precárias se instalam, não em condições de difícil absorção pelo sistema (CASTEL, 1988), verifica-se a educação/qualificação assumem um papel fundamental na sociedade: o de viabilizar a entrada no mercado de trabalho e minimizar o desemprego, sobretudo em um mercado de trabalho cheio de fragilidades, muito em decorrência do aumento do trabalho precário e autônomo, do aumento dos contratos flexíveis pouco regulados e das altas taxas de rotatividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As profundas mudanças e acontecimentos que atingem a sociedade na contemporaneidade têm exigido da administração pública, novas formas de atuação para uma melhor distribuição de renda e redução das desigualdades sociais.

Priorizar a qualificação profissional investindo em programas que otimizem sua aplicação, bem como um direcionamento mais adequado dos recursos que são escassos é de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil, onde deve existir transparência, agilidade e controle em todo o processo por parte dos agentes envolvidos e pela população em geral.

A implantação dos programas de qualificação profissional pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, em parceria com Estados e Municípios tem sido uma maneira de buscar minimizar as desigualdades sociais, bem como uma tentativa de manter os mais necessitados no mercado de trabalho e a inclusão dos que estão fora do mesmo. Para isso, é necessário um controle real e transparente dos recursos aplicados para tal fim, pois se esses recursos forem aplicados de uma maneira mais adequada, poderiam se ter melhores resultados, ou seja, conforme exposto nos resultados deste trabalho, pode-se observar que os cursos em estudo tiveram bons resultados, com o encaminhamento de 35% dos participantes para o mercado de trabalho, isso se deu devido a participação de todos os agentes envolvidos, começando com a análise dos cursos pela Comissão Municipal de Emprego com base nas informações da RAIS e CAGED do município, posteriormente pela análise e aprovação do curso pelo PlanTeQ Municipal e MTE e por fim os esforços dos alunos para conclusão do curso.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa realizada sobre os cursos ofertados pelo PlanTeQ de Campina Grande e levando-se em consideração os benefícios obtidos com o encaminhamento de 35% dos egressos para o mercado de trabalho, recomenda-se:

- Um aumento nos recursos destinados as políticas de qualificação, pois do montante total dos recursos do FAT, apenas 1% se destina a todas as políticas de qualificação;
- Uma melhor análise das demandas dos cursos, para que com isso se consiga atingir os objetivos das políticas de qualificação, ou seja, que sejam atendidas demandas de cursos que proporcionem oportunidades aos educandos que ao terminarem o curso, sejam encaminhados para o mercado de trabalho e não fiquem apenas com um certificado e sem emprego;

- Que o PNQ aprimore a política de acompanhamento dos egressos com o término dos cursos, e assim, possam orientar esses com processos de requalificação, quando for necessário, para suas permanências no mercado de trabalho.

Sendo assim, espera-se uma atenção dos Gestores das Políticas Públicas de Qualificação a respeito dos diversos aspectos abordados neste trabalho monográfico, relativos às políticas de qualificação e, com isso, possa se fazer uma reflexão sobre o impacto dessas políticas na trajetória profissional dos seus beneficiários.

Pode-se observar que os objetivos das diretrizes e critérios estabelecidos pelo PNQ/PlanTeQ foram atingidos através dos cursos ofertados, ou seja, o PNQ, em seus documentos escritos, destina-se a promover mudanças estruturais na sociedade brasileira e pauta-se em três objetivos principais: a inclusão social e redução das desigualdades sociais; o crescimento profissional com geração de trabalho, emprego e renda, bem como o aumento de renda, ambientalmente sustentáveis e redutores das desigualdades regionais; a promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia. Portanto, falando do impacto positivo do curso na trajetória profissional dos educandos na visão dos Gestores do PlanTeQ de Campina Grande, tendo em vista o ingresso dos seus participantes no mercado de trabalho, demonstra que os objetivos das políticas de qualificação foram atingidos com relação a estes cursos de acordo com as diretrizes do PNQ/PlanTeQ, porém deixa muito a desejar em comparação a necessidade da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira**. São Paulo: ABET, 1998.
- BELLUZZO, L.G.M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalização”. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp-IE, n. 4, 1995.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 1998.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso de estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill, 2002.
- DEDECCA, C. D; PRONI, M. W. **Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido**. Campinas, SP: Unicamp / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Untrabalho, 2006.
- DEDECCA, C.D. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: GDF, UNICAMP, 1998.
- DI GIOVANNI, G. Sistema de proteção social: uma introdução conceitual. In: Oliveira, M.A de (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.
- GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARINHO, D. N. C.; BALESTRO, M. V.; WALTER, M. I. (Org.) **Políticas públicas de emprego no Brasil: avaliação externa do Programa Seguro Desemprego**, Brasília: Verbis, 2010.
- PAIVA, L. H. **O dilema do financiamento orçamentário das políticas públicas de emprego**. IPEA, 2006. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_30e.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RAMOS, C. A; AZEREDO, B. Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios. **Planejamento e políticas públicas**. n. 12, Jun./Dez de 1995.
- TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

THEODORO, M. **Participação social em políticas públicas: os conselhos federais de política social: o caso CODEFAT.** Brasília: IPEA, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WERNECK V. M. L. **A americanização (perversa) da seguridade social brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com a Gerência do PlanTeQ Campina Grande

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA TRAJETORIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos gestores do PlanTeQ municipal

Entrevista com os gestores do PlanTeQ de Campina Grande

1. Quais cursos são oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande? Qual a carga horária, público-alvo dos cursos? Qual é a frequência de oferta desses cursos?
2. Quais os objetivos dos cursos de qualificação oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande?
3. Caracterize o público-alvo que realizou os cursos do PlanTeQ de Campina Grande de 2013?
4. Que critérios têm norteado a ofertas dos cursos?
5. Qual a forma de avaliação utilizada, pela gerência local, para analisar a eficácia dos cursos oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande?
6. Após a conclusão do curso, os alunos foram encaminhados ao mercado de trabalho?
7. Como se deu esse encaminhamento?
8. Com quanto tempo se deu o encaminhamento?
9. A conclusão do curso proporcionou melhorias na renda familiar dos participantes?
10. Os cursos ofertados pelo PlanTeQ de Campina Grande ajudaram no ingresso do mercado de trabalho? Em que sentido?
11. Quantas pessoas que participaram dos cursos ingressaram no mercado de trabalho?
12. O PlanTeQ de Campina Grande acompanha os participantes do curso após a sua realização? Se sim, como se dá esse acompanhamento?
13. Na sua opinião, qual o impacto dos cursos oferecidos pelo PlanTeQ de Campina Grande na trajetória sócio-profissional dos participantes?
14. Quais os benefícios que você percebe para os participantes dos cursos? Quais as vantagens? O que poderia ser melhorado?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL****O IMPACTO DOS CURSOS DO PLANTEQ DE CAMPINA GRANDE NA
TRAJETORIA PROFISSIONAL DOS EDUCANDOS: um estudo a partir do olhar dos
gestores do PlanTeQ municipal****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a),

Sou aluno do Curso de Especialização Pública Municipal da UEPB e estou solicitando a colaboração de V.Sa. em participar desta pesquisa. A pesquisa, em questão, tem como objetivo investigar o impacto dos Cursos do PlanTeQ Campina Grande na trajetória profissional dos educandos a partir do olhar dos Gestores do PlanTeQ Municipal.

Os dados da pesquisa poderão contribuir para a tomada de decisões relacionadas à gestão dos recursos destinados as políticas de qualificação profissional do nosso país.

Esclarecemos que seu nome será mantido em sigilo, assegurando sua privacidade.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. O(A) senhor(a) não será prejudicado, de forma nenhuma, caso não queira participar do estudo ou resolva, a qualquer momento, desistir da pesquisa. É garantido ao participante o direito disso, sem que essa decisão o prejudique.

Esperando contar com o seu apoio, desde já agradecemos a sua colaboração.

Ubiramar Sinfrônio Pita

Pesquisador responsável

(telefone: (83) 3315-3404 (Assessoria Técnica da PROGEP - UEPB))

ANEXOS

ANEXO A - Valor do Repasse ao PlanTeQ Campina Grande no Exercício 2013

BRASIL
Acesso à informação
Participe | Serviços | Legislação | Canais

Controladoria-Geral da União

Portal da Transparência

GOVERNO FEDERAL

[Perguntas frequentes](#) | [Contato](#) | [Glossário](#) | [Links](#) | [Manual de navegação](#)

Acesso rápido
Você está em:
[Início](#) » [Despesas](#) » [Transferências de Recursos](#) » [Estado](#) » [Municípios](#) » [Ações](#) » [Favorecidos](#)

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR ESTADO/MUNICÍPIO

UF: PARÁIBA EXERCÍCIO: 2013

Total destinado aos favorecidos situados no Estado:	R\$ 9.073.820.101,28
Total destinado ao Governo do Estado:	R\$ 3.631.821.671,53
Total destinado aos favorecidos situados nos municípios do Estado:	R\$ 5.441.998.429,75
Total destinado aos favorecidos situados no município CAMPINA GRANDE :	R\$ 364.265.238,11
Total destinado à ação 4720 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS) :	R\$ 107.000,00



Selecione o(a) "CNPJ/CPF/NIS/Outros" para obter o detalhamento do valor
Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

CNPJ/CPF/NIS/Outros	Favorecido [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
08.993.917/0001-46	MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE [CAMPINA GRANDE GABINETE DO PREFEITO]	107.000,00

Página 1/1

« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página:

ANEXO B - Modelo de Ficha Cadastral do Educando

 Ficha Cadastral do Educando	
Data de Emissão: 29/03/2010 11:37	
PNQ PB	
Inscrição:	PIS / PASEP:
Nome do Trabalhador:	Sexo:
Nome da Mãe:	
Raça/Cor:	
Nascimento:	Naturalidade:
UF:	
Estrangeiro/País Origem:	Ano chegada:
Naturalizado:	
Estado Civil:	
Estudante:	
Tipo Deficiência:	
Obs. Deficiência:	
Particularidades:	Fala Cadeirante
Renda Própria:	Renda Familiar:
Nº Membros Família:	
Nº Membros que Trabalham:	
Caracterização do Trabalhador:	
Sub risco de Desemprego?	
Prog. de Crédito:	
Trabalhador Rural Envolvido com Atividade de Pesca?	
Beneficiário do Prog. Economia Solidária?	
Gestores de Políticas Públicas?	
Endereço:	
Bairro:	Município:
UF:	
Referência:	CEP:
Fax:	/
Telefone:	Contato:
Zona:	
Email:	
DOCUMENTAÇÃO	
Carteira Identidade:	Emissor:
CPF/CIC:	Tipo Cart. Habilitação:
CTPS Nº:	Série/UF:
Nº Autorização:	Nº Processo/Prontuário:
Certidão Nascimento / Casamento:	Livro:
Folha:	Título Eleitor:
QUALIFICAÇÃO	
Escolaridade:	Tipo Formação:
Idioma:	
Curso Profissionalizante:	Horário Preferência:
Bairro Preferência:	Data Inscrição Trab.:
Observações:	
DADOS COMPLEMENTARES:	
O Que Você Espera Conseguir Com Esta Ação?	
Resposta:	
Você Reside Neste Município Há Menos De Um Ano?	
Resposta:	
Quem Encaminhou Você Para Esta Ação?	
Resposta:	
DATA PREENCH:	
 DATAMEQ S.A.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO